

POLÍTICAS CULTURAIS, COMUNIDADES E PATRIMÔNIOS NO BRASIL: ALGUMAS QUESTÕES EPISTÊMICAS

José Rogério Lopes¹
Paolo Totaro²
Eduardo Portanova Barros³

RESUMO: O artigo apresenta alguns resultados do projeto “Laboratório de políticas culturais e ambientais no Brasil: gestão e inovação” (www.facebook.com/lapcab) e, sobre eles, discute o alcance de três questões epistêmicas elaboradas, a saber: a relação entre biodiversidade e diversidade cultural, a disjunção entre a sociedade instituída e o artesanato, a passagem da concepção de cultura como recurso para a concepção de cultura como marca registrada.

PALAVRAS-CHAVE: políticas culturais e ambientais, agenciamentos identitários, patrimônio cultural, comunidades.

Introdução: o escopo de análise

Neste texto, apresentamos o projeto do "Laboratório de políticas culturais e ambientais no Brasil: gestão e inovação", denominado doravante Lapcab⁴, discutindo alguns resultados das investigações realizadas no escopo do projeto e relacionadas com as questões em pauta no dossiê proposto.

O projeto do Lapcab prevê investigar as trajetórias e práticas de coletividades e comunidades de atores produtores de bens identitários, ou de marcação social (artesãos, extrativistas, pescadores, entre outros) que se reconhecessem em um contexto ambiental determinado e que utilizassem, nas suas atividades, tecnologias patrimoniais que integrassem as percepções locais de cultura e ambiente. Esse processo de integração das percepções de cultura e ambiente baseava-se na concepção de que as tecnologias produzem agências sobre as ações e interações dos humanos entre si, constituindo redes que caracterizam coletividades sociotécnicas (LATOUR, 1994).

Os objetivos do projeto e seus resultados esperados incluem a implantação e dinamização de um banco de dados em Políticas Culturais e Ambientais, disponibilizado em

¹ Doutor em Ciências Sociais e Professor Titular do PPG Ciências Sociais Unisinos. jrlopes@unisinos.br.

² Doutor em Ciências Sociais e Professor Adjunto da UFAL. paolototaro@libero.it.

³ Doutor em Comunicação e Bolsista PNPd no PPG Ciências Sociais Unisinos. eduardoportanova@hotmail.com.

⁴ O projeto foi desenvolvido no PPG Ciências Sociais Unisinos. Contou com a participação de quatro bolsistas de pós doutorado (Paolo Totaro, Eduardo Portanova Barros, Thais Alves Marinho e Fanny Longa Romero). O Lapcab foi aprovado no Edital CAPES/PNPd 2010, com financiamento até novembro de 2013. Agradecemos à CAPES o financiamento que possibilitou a realização da pesquisa.

ambiente na *web*, cujo conteúdo abrange dados cadastrais das práticas e bens identitários produzidos por coletividades e comunidades, na área do presente Lapcab, em todos os estados da federação, além de relatórios de pesquisa, produções acadêmicas, vídeos, materiais didáticos e acesso à rede de atores, ONGs, Instituições e Gestores ligados ao Laboratório⁵.

Desde o início do projeto, investigamos 33 coletividades e comunidades constituídas nos critérios da pesquisa⁶, distribuídas em 17 estados do país⁷. As investigações foram norteadas pelos procedimentos de estudo de caso com base na abordagem etnográfica, utilizando técnicas de investigação estipuladas em um quadro comum às pesquisas em Ciências Sociais, consistindo de observação direta dos contextos investigados, entrevistas, coleta documental e aplicação de questionários.

Das comunidades e coletividades selecionadas (7 na região norte; 8 na região nordeste; 4 na região centro-oeste; 8 na região sudeste e 6 na região sul), todas foram visitadas pelos bolsistas, em períodos médios de seis dias, que variavam conforme a distância dos mesmos em relação à capital do estado em que se localizam. Buscamos variar a localização regional das coletividades e comunidades, visando uma representatividade amostral das mesmas, considerando-se sua inserção em redes de produção e distribuição dos bens ou produtos gerados em cada contexto.

Algumas coletividades foram visitadas duas vezes e todas foram acompanhadas, antes e depois das visitas, através de contatos por e-mail ou pelo monitoramento das suas atividades expostas em páginas na *web*. Além da coleta de dados, em várias ocasiões os bolsistas do Lapcab também auxiliaram atores das comunidades ou coletividades investigadas a produzirem páginas de divulgação de seus trabalhos na *web*, com preferência dos próprios atores pelo Facebook. Esse é o caso, por exemplo, da Associação de Artesãos de Cana Brava, de Pontas de Pedra, PE⁸, e da TABOARTE, em Maracangalha, BA⁹.

Assim, a potencialidade de produções audiovisuais sobre os projetos pesquisados mostrou-se uma estratégia importante de negociação dos pesquisadores com os seus atores,

⁵ O banco de dados do Lapcab está em elaboração, uma vez que os recursos para sua produção são vinculados a um projeto aprovado pela Unisinos junto ao Edital FINEP/Infraestrutura de Pesquisa em Universidades Privadas-2010. A verba deste edital foi liberada a partir de outubro de 2011, em parcelas, sendo que a parcela referente ao NPDH-Núcleo de Produção e Documentação em Humanidades – que sedia fisicamente o banco de dados e um ambiente de editoração de imagens – somente foi liberada em novembro de 2012.

⁶ Os relatórios dessas investigações estão disponíveis *on line* para os pesquisadores que compõem a rede do projeto, através do *web group* Dropbox. Além desse repositório, as imagens e um breve descritor das coletividades e comunidades investigadas estão disponíveis em uma página criada no Facebook: www.facebook.com/lapcab.

⁷ O objetivo inicial do projeto, que previa abarcar todos os estados da federação, considerava a solicitação e liberação de três bolsas, porém, a CAPES liberou duas, o que nos levou a reconsiderar o escopo do projeto.

⁸ Conferir em www.facebook.com/pages/Associação-dos-Artesãos-Cana-Brava.

⁹ Conferir em www.facebook.com/pages/Associação-Comunit-EmpreendTaboart/1396856257201210.

uma vez que gera divulgação e reconhecimento das ações desenvolvidas no âmbito dos mesmos. Ao mesmo tempo, tal potencialidade permite documentar ações, práticas, projetos e depoimentos dos seus atores, em registros tecnológicos que possibilitam variadas interpretações, interlocuções e produções acadêmicas.

Outro objetivo do Lapcab buscava a consolidação de uma rede de interlocuções entre pesquisadores de políticas culturais e ambientais para a realização de análises conjuntas sobre uma base de dados nacional¹⁰. Do início do projeto, até o momento, essa rede se constituiu nas cinco regiões do país, incluindo 27 pesquisadores de universidades e instituições diversas.

Enfim, o projeto propiciou um conhecimento amplo e diversificado das práticas e arranjos coletivos que comunidades, coletividades e grupos efetivam em torno das demandas por políticas culturais e ambientais no Brasil. Sobretudo, o escopo amplo da amostragem, ao envolver casos pesquisados em 17 estados do país, assume uma contribuição importante para a área de conhecimento, como temos percebido em participações nos eventos da área. Cabe, adiante, promover análises comparativas que permitam corroborar as questões epistêmicas que emergem, nesse momento da pesquisa. A partir dessas análises, será possível destacar com mais clareza como os resultados da pesquisa podem interessar ao desenvolvimento regional e do país.

No caso do Grupo de Pesquisa em que o projeto se insere, no PPG Ciências Sociais Unisinos, a realização das pesquisas tem consolidado algumas proposições que já orientam novos projetos e interlocuções, entre os pesquisadores da rede, no país e no exterior. Aqui, expomos três questões epistêmicas que foram elaboradas no quadro do projeto, para discutir as questões postas em relação, no título desse texto.

Biodiversidade e diversidade cultural:

A maioria das pesquisas desenvolvidas nesses três anos de atividade do Lapcab sinalizou a disseminação, em coletividades e comunidades socialmente marginalizadas, de uma capacidade de relacionamento direto e autônomo com o mercado, que, se acredita, esses grupos e essas coletividades nunca antes experimentaram. Essa inserção socioeconômica é, evidentemente, o correlato de uma nova visibilidade das culturas que foram desqualificadas, no passado, possibilitada – é a hipótese – pela transformação do território brasileiro num ambiente “técnico-científico-informacional”, para usar um conceito de Milton Santos. A

¹⁰ Além de algumas produções apresentadas em eventos da área no país e no exterior, organizamos e aprovamos dois dossiês sobre “Políticas Culturais e Ambientais”: na revista *Estudos de Sociologia*, do PPG Sociologia da UFPE, a ser publicado em abril de 2014, e na revista *Ciências Sociais Unisinos*, a ser publicado em dezembro de 2014.

interconexão generalizada, disseminada não só geograficamente, mas até socialmente, faz com que a segregação cultural se torne uma condição mais difícil de perpetuar e mais instável. Isso comporta a emersão de inúmeras culturas, que antes se encontravam hermeticamente fechadas nos nichos da marginalidade, impondo o dado de fato da multiplicidade cultural.

Qual é a relação entre esse multiculturalismo – não como reivindicação sociopolítica, mas como dado de fato – e a natureza? A questão se coloca como de extrema importância para os estudos do Lapcab, mesmo pela sua missão de “Laboratório de políticas culturais e ambientais”. Uma direção para procurar uma pergunta aparece no momento em que se olha o problema ambiental como um problema de biodiversidade. Quando falamos de ambiente, falamos da exigência de alcançar uma satisfatória integração entre a atividade transformadora do homem – que evidentemente é orientada pela cultura – e a preservação dos recursos que o ambiente oferece. Então, existe uma relação entre a diversidade cultural e a biodiversidade? Se existe, qual é a forma, o mecanismo pelo qual ela atua?

No quadro das investigações realizadas conjuntamente com o Laboratório de Antropologia da UFPA, no mês de agosto de 2013, foram entrevistados alguns artesãos de Abaetetuba (PA) que produzem objetos feitos com as folhas da palmeira de miriti, ou buriti. Na entrevista, os deponentes defenderam que o artesanato do miriti é obrigatoriamente sustentável. De fato, a coleta dos “braços” da palmeira prejudicaria a planta somente se fossem tirados os braços mais verdes, aqueles que brotam na sua parte superior. Mas ninguém faz isso, pois os braços verdes não são bons para a produção. Contudo, um apanhador de braços relatou que há pessoas que destroem a palmeira de miriti inteira: os apanhadores de açaí costumam tirar todas as plantas ao redor das palmeiras de açaí, para elas crescerem melhor; mas ao redor dessas palmeiras é muito frequente encontrar as de miriti, que assim estão sendo dizimadas. Na comunidade de Abaetetuba, porém, acrescentou o entrevistado, os apanhadores de açaí não fazem mais isso, porque as organizações dos artesãos do miriti fizeram uma obra de conscientização a respeito.

O ponto salientável nessa história é que, de um lado, temos uma tendência para a monocultura do açaí, resultado da padronização da produção para atender uma demanda desse produto que está se globalizando (na cidade de Belém, PA, por exemplo, há um porto especializado na exportação desse produto). De outro, a oposição a esse processo é dado por interesses ligados a mais uma instância da cultura material: a do miriti¹¹.

¹¹ Poderíamos salientar que aqui a defesa da biodiversidade não acontece tanto por um preceito moral, quanto por uma “mecânica” social: se há diversidade cultural, há diversidade no tipo de demanda; isso gera interesses diversificados que impelem para garantir múltiplos insumos naturais para demandas múltiplas, a saber, mais

De forma semelhante, mesmo que com fatores invertidos, em certas situações, outras coletividades e outros grupos do país também convivem com esses conflitos. A disseminação da exploração do açaí, em conjunto com outras espécies que compõem o bioma da região amazônica, como o miriti, a jarina, o jatobá, a paxiubinha, o ouriço da castanha, o babaçu, a inajá e o tucumã, entre outros, é fator constante nas interações das artesãs que formam a Cooperativa de Trabalho dos Artesãos de Rondônia, em Porto Velho (antiga Cooperativa Açaí), preocupadas com a sustentabilidade¹². As Paneleiras (mulheres negras quilombolas que produzem panelas de barro) de Goiabeiras, bairro de Vitória (ES) e sua comunidade extraíam matéria prima (argila e casca de mangue-vermelho) de um manguezal que circunda o bairro e forma um ecossistema de onde outros atores também extraem seu sustento. Soma-se a isso, o fato do manguezal fazer fronteira com o Aeroporto de Vitória e com a Universidade Federal do Espírito Santo, de onde outros atores agenciam projetos de preservação ambiental. Diante da imposição de preservar o manguezal, a argila usada para a produção das panelas agora é tirada de uma jazida, chamada Barreiro, que está localizada no Vale do Mulembá, no bairro Joana D'Arc, na Ilha de Vitória.

As Figureiras (mulheres artesãs de figuras de barro, que retratam aspectos da cultura caipira) de Taubaté (SP) passaram por situação idêntica à das Paneleiras. Essa atividade centenária se reproduzia com a extração de argila das margens do Rio Itaim, que passava nos limites do bairro Imaculada, onde reside a maioria das artesãs, em Taubaté. Na década de 1990, as ações para preservação do rio (afluente do rio Una, que abastece a cidade) agenciadas por ONGs ambientalistas e pela Prefeitura local, impuseram às figureiras a necessidade de buscar argila em outro local. Atualmente, a argila provém de outra região, fornecida por uma empresa à Associação das Figureiras.

Nos casos relatados¹³, destaca-se que, frente a conflitos locais ocasionados por demandas ou pressões exógenas às suas atividades, os atores das coletividades e dos grupos

biodiversidade e menos monocultura. Isto é, a diversidade cultural é um fator que opera estruturalmente em prol da biodiversidade. Isso acontece de forma mais nítida quando a diversidade cultural engloba as instâncias de grupos tradicionais que, não por acaso, se encontraram marginalizados na época da padronização por antonomásia, a saber, a época da civilização burocrático-industrial.

¹² Soma-se a essa preocupação com a biodiversidade local, o fato da Cooperativa estar filiada à Justa-Trama, uma cadeia produtiva que tem sede na cidade de Porto Alegre- RS. Ela trabalha com a sustentabilidade do algodão agroecológico em cinco estados do país. O empreendimento da Justa-Trama envolve diversos agentes sociais, agricultores, artesãos, costureiras, coletores de sementes, entre outros, e possibilita o manejo diversificado de matéria-prima local e regional. Esses elementos são baseados nos valores da economia solidária e do comércio justo construídos a partir de processos sociais dinâmicos e de práticas culturais ressignificadas pelos coletivos identificados com a cadeia produtiva.

¹³ Aqui, poderíamos hipotizar que, talvez, ocorre sempre ter cuidado com as classificações e as imposições padronizadas, até quando estas são fruto de ideais humanistas. De fato, a ideologia ambientalista levou, no caso das Figureiras, os artesãos para uma “externalização” de sua relação com a natureza em prol da grande indústria.

citados passaram a organizar formalmente suas atividades e seus processos de trabalho, ampliando as redes de relações que se formam na produção dos bens que os identificam.

Mas o ingresso na cena da cultura e do mercado de grupos antes excluídos está multiplicando com grande velocidade essas instâncias. Essa diversidade cultural é uma realidade ou uma imaginação fruto do desejo do pesquisador? Até que ponto a multiplicação dessas instâncias podem gerar processos favoráveis à manutenção da biodiversidade? Essas são as perguntas que colocamos.

A disjunção entre a sociedade instituída e o artesanato no Brasil: um imaginário do desmanche.

Trata-se aqui, com base nas viagens realizadas pelos bolsistas, no quadro do Lapcab¹⁴, de refletir sobre uma possível discrepância (que também poderíamos chamar de disjunção) entre a sociedade instituída e as formas de atuação instituinte dos atores pesquisados; entre o poder e a potência. A hipótese é a de que existe um degrau, um fosso, uma cesura entre o que se faz institucionalmente em termos culturais neste país e a realidade (vívda) dos artesãos, indígenas ou outras “coletividades sociotécnicas” (LATOURE, 1999; MIÈGE, 2009). E isso se dá apesar das parcerias e apoios que se multiplicam, mas que só reforçam, paradoxalmente, a indiferença por eles.

Essa indiferença é o que chamaremos "imaginário do desmanche" e que atinge as minorias – como os artesãos e os indígenas – situadas no polo desvalorizado do ego social. No polo valorizado socialmente, está o mito do progresso apolíneo, que é o espírito predominante nas instituições de apoio ao artesanato, como o SEBRAE. Logo, o tempo filosófico do poder institucional é o da modernidade, prevalecendo a lógica binária oriunda de Platão – lógica essa que exclui um terceiro – e uma concepção materialista funcional, que se impõe sobre a estrutura poder-opressão e concebe os atores dessas coletividades como entes históricos em uma perspectiva linear. Mas este tempo filosófico não sobrevive nos dias de hoje, por uma série de questões. Especificamente, destacamos o fato de que as intervenções de

Isso significa ajudar a delegar ainda mais à indústria o monopólio da relação homem-natureza. Talvez, a defesa da biodiversidade não possa ser perseguida por classificações dogmáticas, que são estruturalmente opostas ao conceito de biodiversidade. A biodiversidade é um conceito congruente somente com sistemas complexos, a saber, auto organizados e autodeterminados, não dirigidos por centrais de pensamento, quaisquer que elas sejam, isto é, não somente tecnocráticas e burocráticas, mas também ideológicas.

¹⁴ Sobre tudo, dos relatórios elaborados das viagens a Canela (RS), Porto Alegre/Ilha da Pintada (RS), Laguna (SC), Olinda (PE), Ivaiporã (PR), Antonina (PR), Mariana/Cachoeira do Brumado (MG), Ouro Preto (MG), Manaus (AM) e Boa Vista (RR).

órgãos públicos e instituições como o SEBRAE, o SESC, o Rotary Clube¹⁵, entre outros, junto aos grupos e coletividades pesquisados, sobretudo, influenciam fortemente a adoção de processos de trabalho segmentados, em linhas de produção, que enfraquecem as dinâmicas coletivas de participação dos atores, em proveito de sua inserção no mercado. Tal segmentação, experimentada por algumas coletividades e negada por outras, quebra os vínculos de reciprocidade simétrica que as caracterizam, modificando o sentido de sustentabilidade comunitária que suportava a lógica de suas atividades e de seus bens produzidos. Reagindo a tal influência, vários grupos e várias coletividades reforçam os compromissos recíprocos entre os atores que os compõem, agenciando forças simbólicas de suas próprias tradições, através da utilização dos seus referentes culturais como bens de marcação social (DOUGLAS, ISHERWOOD, 2006) ou como bens singularizados em biografias coletivas (APPADURAI, 2008; KOPYTOFF, 2008). O caso extremo que exemplifica tais usos das forças simbólicas encontra-se na Associação Art'Escama, localizada na Ilha da Pintada, em Porto Alegre, RS. No blog do grupo¹⁶, algumas referências textuais explicitam objetivamente esses agenciamentos, como: “Defendemos as pessoas e a natureza, não o capital!”, “Lutamos pela construção de um mundo justo para todos!”, “Artesanato comunitário, aqui outro mundo acontece!” e “Refletimos nossas práticas no coletivo”.

Para simplificar, poderíamos dizer que vivemos um tempo de remitologização através de forças simbólicas das formas de existência, sobretudo pelo esboroamento da filosofia clássica e pela saturação de um modelo de vida ancorado no já mencionado progressismo.

Identidade ou grife? Da cultura como recurso à cultura como marca registrada

A terceira questão epistêmica refere-se à percepção que os atores compartilham sobre os desdobramentos dos conflitos sociais decorrentes da convivência com a biodiversidade, em convergência com as expectativas de serem reconhecidos como representantes legítimos de suas culturas locais, nas instâncias e esferas da modernidade.

Desde a elaboração do projeto, supúnhamos que as coletividades e comunidades a serem pesquisadas acompanhavam a lógica que se dissemina nas culturas populares ou marginalizadas, de utilização crescente e extensiva das suas próprias culturas e tradições como recursos identitários no diálogo com a modernidade. Essa lógica, inclusive, constitui o embasamento e as estratégias de tais coletividades e comunidades no escopo contemporâneo

¹⁵ O Rotary Clube certifica a autenticidade de algumas produções artesanais locais, como pudemos observar em bancas do mercado de artesanato de Aracaju, SE.

¹⁶ Conferir em <http://artescama.blogspot.com.br>. Acesso em 03/01/2014.

das lutas por reconhecimento e das políticas de respeito às diferenças, como já evidenciaram os estudos de Honneth (2003), Yúdice (2006) e Lifschitz (2011).

Todavia, as primeiras incursões para investigação nas comunidades e coletividades selecionadas no projeto já evidenciaram tensões entre os agenciamentos dos atores (geralmente organizados, formais e instituídos como associações) e as formações culturais que se difundem nos processos de globalização (AGIER, 2001; LOPES, 2009).

Destacaria três dessas formações.

A *primeira* seria a formação que se engaja na difusão de uma cultura do empreendedorismo, suportada pela e na interação das tendências de consumo com as oportunidades do mercado de produtos e serviços e, geralmente, complementadas pela indústria do turismo ecológico ou cultural. Embora tenha se constituído desde as relações de produção que moldam uma consciência da sociedade industrial (ARON, 1977)¹⁷, tal cultura do empreendedorismo tem sido adotada como estratégia por órgãos governamentais (sobretudo, no SEBRAE), instituições universitárias e fundações privadas, em suas políticas de afirmação ou incentivo às comunidades tradicionais e grupos marginalizados do mercado, como lógica de inclusão.

Nessa formação, os atores das coletividades e grupos pesquisados são influenciados a assimilar-se ao mercado, ao mesmo tempo em que devem diferenciar-se de outros atores, em concorrência. Ocorre que assimilar-se e diferenciar-se representam atitudes opostas. Contudo, o motor da economia baseada no consumo parece estar na tendência do consumidor de se assimilar a grupos que, de vez em vez, expressam novas “diferenças” (BREWER, 1991, 1993; TIMMOR, KATZ-NAVON, 2008). Esse mecanismo hoje está saindo do controle da “indústria das diferenças” e dos circuitos da moda, para atingir a dinâmica da inclusão e da exclusão social. Valorizar as diferenças culturais também economicamente representa a forma com que os grupos “marginais” estão se apropriando das forças inerciais da sociedade de

¹⁷ O autor parte da definição simples de que a sociedade industrial é aquela em que a indústria é a forma de produção mais característica, em que “a produção se opera em empresas” (p. 107) e as iniciativas de seus atores em empreendimentos. Tal definição implica em destacar cinco características de qualquer economia industrial: **1º.** a empresa está radicalmente separada da família; **2º.** a empresa industrial introduz um tipo de divisão interna à empresa, quanto à divisão tecnológica do trabalho, que (se) distingue da clássica divisão entre os setores da economia; **3º.** A empresa industrial supõe acumulação de capital, derivando daí a noção de “economia progressiva” (p. 107); **4º.** A relação entre trabalhador e capital implica na noção de “cálculo racional”-econômico e não técnico (p. 108); **5º.** a empresa industrial necessita de concentração operária no local de trabalho, o que implica na discussão sobre a propriedade dos meios de produção.

Buscando aprofundar a análise simples esboçada sobre a definição inicial, Aron busca caracterizar o que é um sistema econômico, para relacionar a sociedade industrial própria à sociedade capitalista. Propõe duas espécies de definição: a primeira é a “que visa satisfazer as necessidades dos homens” (p. 109); a segunda se elabora a partir das concepções Weberianas e se define em referência com a *significação da atividade econômica nas relações sociais*, “ao sentido que, em sua conduta, os homens dão à economia” (p. 109).

consumo (TOMASSI, 2013). Mas, para as diferenças adquirirem um valor no mercado, precisam se enquadrar em modelos (YÚDICE, 2006), e isso tende a desvalorizá-las¹⁸.

A *segunda formação* refere-se à difusão de um modelo de políticas públicas inclusivas, nos países ocidentais afetados por processos sociais excludentes decorrentes da internacionalização da economia e seus desdobramentos nos processos de regulação social nacionais. Segunda Dupas (1999), nos anos 1980 ocorreram grandes alterações na lógica da produção global (reestruturação produtiva, acumulação flexível, internacionalização da economia, revolução informática) que reduziram o escopo de ação estratégica das políticas do Estado-Nação, produzindo impactos macro e micro-econômicos danosos.

Tais alterações afetam “[...] também a esfera individual ao modificar valores e padrões há muito sedimentados, estando aí uma das principais raízes do sentimento de insegurança que começa a se generalizar e que está subjacente à preocupação com a exclusão social” (DUPAS, 1999, p. 16).

As mudanças na concepção de emprego (precarização) afetam os procedimentos de obtenção de renda e de integração social do indivíduo, além da “[...] formação de sua identidade pessoal”¹⁹ (DUPAS, 1999, p. 16), causando perplexidade. Com a rediscussão do papel do Estado, incorpora-se a esse quadro um sentimento de desamparo, injustiça e de piora das condições de vida. Nesse contexto é que se enforma o fenômeno da exclusão, ou os processos sociais de exclusão. Soma-se a esse quadro a expectativa da “[...] elevação das aspirações de consumo” (DUPAS, 1999, p. 17) propiciadas pela revolução tecnológica-informacional.

Na medida em que a noção de consumo diferenciado estrutura “[...] a realização pessoal e social” (DUPAS, 1999, p. 17; BERGER, HEAT, 2007), tornando-se sinal de sucesso, a sensação de exclusão pode variar, em cada sociedade, necessitando complementar seu caráter subjetivo e econômico com questões sociológicas, ou seja, considerando “[...] especificidades locais [que configuram a..] imaginação moral” (DUPAS, 1999, p. 17) de cada sociedade (padrões de crescimento econômico, de distribuição de renda, de desigualdade e do que seja integração social).

¹⁸ Os fatores dessa formação cultural foram analisados situacionalmente, no caso das Figureiras de Taubaté, SP, em artigo elaborado por Paolo Totaro, José Rogério Lopes e André Luiz da Silva, e apresentado em Fórum organizado no quadro da Reunião Brasileira de Antropologia, PUC-SP, 2012 (submetido para publicação na revista Sociedade e Cultura, da UF Goiás). Posteriormente, Paolo Totaro elaborou uma análise comparativa desses fatores entre as Figureiras e os Artesãos de Miriti, de Abaetetuba, PA, em co-autoria com Carmen Izabel Rodrigues (UFPA), a ser publicado na revista Estudos de Sociologia, da UFPE.

¹⁹ Percepção partilhada por Robert Castel, no seu livro *A insegurança social; o que é ser protegido?*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Nesse contexto é que destacamos as mudanças no escopo das políticas culturais, no ocidente, que passam a orientar-se pela implantação de programas inclusivos, na lógica das *activation trends* (HESPANHA, 2005). No caso específico do Brasil, as mudanças nessas políticas vêm ocorrendo nas últimas décadas e podem ser bem apreendidas no escopo do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, que se dissemina na implantação de Pontos de Cultura²⁰, principalmente, desde 2005.

Desde 2011, o Programa Cultura Viva incorpora também outra ação do governo federal, o Programa Brasil Plural²¹. Embora o primeiro programa busque resgatar potências criativas já existentes no cenário cultural brasileiro, mas relegadas à marginalidade ou à ausência, por processos históricos diversos (já analisados por Calabre, 2010; Rubim e Barbalho, 2007; Pierucci, 1983), é a integração entre este e o segundo programa que permite afirmar que as mudanças em tais políticas culturais correspondem aos modelos contemporâneos analisados por Dupas e os acompanham, em seu desenvolvimento.

Atualmente, estão implantados 3.670 Pontos de Cultura em todos os estados da federação, segundo dados do ministério (vide site abaixo, notas 6 e 7). No escopo das produções de comunidades e coletividades investigadas pelo Lapcab, várias delas são Pontos de Cultura, nas diversas regiões do país²², ou estabelecem parcerias com pontos de cultura locais²³.

A inserção dessas comunidades e coletividades no programa governamental favoreceu os agenciamentos dos seus atores²⁴ e deu visibilidade aos seus propósitos e projetos, mas

²⁰ Os Pontos de Cultura são estabelecidos em municípios do país segundo projetos apresentados por atores culturais aos editais do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. “O Programa Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. A implantação do programa prevê um processo contínuo e dinâmico e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com atores pré-existentes. Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando situações de encantamento social” (Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>>. Acesso em 12/12/2013).

²¹ “O Programa Brasil Plural objetiva garantir o acesso a recursos de artistas, grupos e comunidades populares; povos e comunidades tradicionais: indígenas, ciganos, pescadores artesanais; imigrantes; grupos etários: crianças, jovens e idosos; movimentos sociais: LGBT, pessoas com deficiência física, luta antimanicomial, bem como áreas transversais ao segmento cultural: cultura e saúde, cultura e trabalho, cultura e meio ambiente dentre outros” (Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>>. Acesso em 12/12/2013).

²² Esse é o caso da Oficina Gente de Fibra (Maria da Fé, MG), do Pontão de Cultura Jongu/Caxambu (Rio de Janeiro, RJ), da ARTECAN (Trairí, CE), da APSA (Porto de Sauípe, BA), da TABOARTE (Maracangalha, BA), da Associação dos Artesãos do Capim Dourado Pontealtense (Ponte Alta, TO), da ACAA (Anápolis, GO) e da Associação de Artesãos de Miriti (Abaetetuba, PA), entre outras.

²³ Esse é o caso da Associação de Figureiros (Taubaté, SP), do Movimento em Defesa dos Pequenos Agricultores (São Luiz do Paraitinga, SP), do Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco babaçu (São Miguel, TO), das Paneleiras de Goiabeiras (Vitória, ES) e da Art’Escama (Ilha da Pintada, Porto Alegre, RS), entre outras.

²⁴ Utilizamos a noção de agenciamento, aqui, como esboçada por Yúdice (2006). Trata-se de identificar atores que agenciam recursos identitários recuperados de uma “reserva disponível” nas trajetórias comuns de suas formações culturais específicas, em diálogo com modelos culturais predominantes na sociedade globalizada.

também implicou em ajustes nos mesmos, visando atender critérios para tal inserção, estabelecidos por editais públicos. No escopo desses editais, convergem novos condicionamentos sociais (LOPES, 2006) veiculados por meios eletrônicos e virtuais, que demandam domínios necessários das TICs (tecnologias de informação e comunicação)²⁵ por parte dos atores. Esses ajustes somam-se aos fatores da primeira formação cultural exposta anteriormente e produzem um “enraizamento” social das tecnologias (MIÈGE, 2009), por meio do qual os atores passam a emaranhar suas interações com outros atores, em redes que enformam uma esfera pública instituinte, denominada “ciberesfera pública” (ALMEIDA, 2012).

Esses novos condicionamentos foram apreendidos em todas as comunidades e coletividades investigadas, em maior ou menor apropriação e exposição, conforme determinada comunidade ou coletividade esteja inserida nos fatores culturais descritos. Aquelas que estão mais desenvolvidas nesses processos já apresentam uma característica destacada das demais, representada na certificação de procedência da matéria prima utilizada e na produção de uma marca registrada de seus bens, geralmente identificadas com a cultura e o território (ou bioma) que os identificam, conforme os exemplos abaixo.



Esse predomínio se expressa na configuração de um campo de forças performáticas a condicionar a ação dos atores que, por vezes, imprimem uma dinâmica de operar agenciamentos nos intervalos daqueles modelos. Essa noção não se desinibe de discutir até que ponto a agência é definida na ação e relação dos “humanos-entre-eles” e até que ponto ela incorpora ações de não humanos, híbridos que se expressam como coletividades sócio-técnicas que produzem efeitos no curso da ação (OLIVEIRA, 2005, p. 56).

²⁵ Importa destacar que esses novos condicionamentos sociais ultrapassam o domínio das TICs para a apropriação, pelos atores, de *tecnologias sociais*, como a de elaborar projetos, organizar processos associativos, controlar fluxos de fornecedores de matéria prima, planejar a produção dos bens por demandas de encomendas, entre outras.



Esses casos evidenciam que a ligação entre cultura (a identidade e a tradição) e a marca (a autoria ou o processo) pode representar um enquadramento que, apesar de fixar um padrão ou modelo, garante uma constante diferenciação. As comunidades e coletividades investigadas percebem que a tradição não basta para escapar do perigo do anonimato do artesanato, do extrativismo, da pesca ou outra de suas atividades, e opõem a ele a marca ou a autoria (cada peça deles é identificada pela procedência ou pelo autor). De outro lado, o destaque concedido à marca ou à autoria gera deslizamentos para performances do tipo daquelas da “arte nobre”, correndo o risco de perder o valor diferencial dos bens produzidos

pelos *grupos* sociais populares. Nesse caso, é a padronização representada pelo estilo tradicional a garantir o valor diferencial.

A *terceira formação cultural* refere-se aos crescentes processos de patrimonialização cultural, sobretudo dos patrimônios imateriais, que se difundem na contemporaneidade. E esses processos, como já analisaram Agier (2001) e Lifschitz (2011), no caso das comunidades tradicionais, também se relacionam com processos emergentes na globalização.

Embora esse fator esteja em análise, no momento, no quadro das reflexões do Lapcab, importa aqui destacar que os atores das comunidades e coletividades investigadas desenvolveram estratégias de apropriação e utilização das TICs para dar visibilidade às suas atividades e bens produzidos, em um contexto de diferenciação crescente e concorrencial. Dessa forma, o enraizamento social das tecnologias tem servido à produção de repertórios audiovisuais identitários, que são agenciados pelas comunidades e coletividades em suas negociações com as instâncias da modernidade. E os processos de patrimonialização cultural têm sido um canal expressivo dessas negociações.

Exemplos desses repertórios e seus usos foram encontrados na quase totalidade dos contextos investigados, explicitados em variadas formas de organização e classificação: desde o repertório mais recorrente, que se estabelece nas variações digitais de páginas no Facebook e no Youtube, nos arquivos digitais de imagens em computadores, no uso de imagens como *bitmaps* em telas de computadores pessoais ou de celulares, até os repertórios reconhecidos em *blogs* pessoais ou coletivos na *web*, *webgroups* ou sítios na *web* construídos para arquivar e divulgar esses registros.

Nesses repertórios, agenciados como iniciativas ou processos de patrimonialização, se projetam, enfim, estruturas de sentimentos e convenções que se formam no uso e na produção recorrente desses registros audiovisuais, como suporte das concepções coletivas em negociação nessas manifestações, ou fora delas. Porém, na medida em que tais repertórios são projetados como convenções²⁶, a legitimidade atribuída aos mesmos varia não somente pelas “idealizações coletivamente partilhadas” (SCHUTZ, 2003) entre seus atores ou por propiciarem mediações nas relações entre segmentos endógenos e exógenos à produção dos manifestações estudadas, mas também, pelo escopo que os agenciamentos operados pelos

²⁶ Hoggart define convenções como “[...] o que permite a relação da experiência com os arquétipos” (1973: 163). Essa referência tem evidenciado um potencial heurístico rico nas pesquisas realizadas em campo, sobretudo, nas elaborações que consideram o caráter atual dos agenciamentos de atores envolvidos nas manifestações aqui analisadas, desde seus registros das memórias coletivas. E lembre-se que a disposição com a qual as memórias individuais se reconhecem na memória coletiva também implica convenções, para Halbwachs (1990: 90), na medida em que pressupõe que os atores se ajustem ao tempo e às durações da vida social.

atores assumem, no contexto atual de patrimonialização das “manifestações [culturais] expressivas”, como já discutido por Martins (2009) e Graburn (2008).

Referências Bibliográficas

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, 7 (2): p. 7-33, 2001.

ALMEIDA, Marco A. Habermas e as apropriações culturais das TICs: rumo a ciberesferas públicas? *Problemata: Revista Internacional de Filosofia* v. 03, n. 2, p. 127-156, 2012.

APPADURAI, Arjun. Mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, RJ: EdUFF, 2008, p. 15-88.

ARON, Raymond. A sociedade industrial. In: MARTINS, J. S.; FORACCHI, M. M. (orgs.). *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p. 107-116.

BERGER, Jonah; HEATH, Chip. Where consumers diverge from others: identity signaling and product domains. *Journal of Consumer Research*, 34(2), p. 121-134, Aug. 2007.

BREWER, Marilynn B. The Social self: on being the same and different at the same time. *Personality and Social Psychology Bulletin*, v. 17, p. 475-82, Oct. 1991.

_____. Social identity, distinctiveness, and in-group homogeneity. *Social Cognition*, v. 11, p. 150-64, Spring 1993.

BREWER, Marilynn B.; MANZI, George M.; SHAW, John S. Ingroup identification as a Function of depersonalization, distinctiveness and Status. *Psychological Science*, v. 4, p. 88-92, March, 1993.

BREWER, Marilynn B.; WEBER Joseph G. Self-evaluation effects of interpersonal versus intergroup social comparison. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 66, p. 268-275, February, 1994.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil; história e contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens; para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social; pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GRABURN, Nelson. Reconstruindo a tradição; turismo e modernidade na China e no Japão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Vol. 23, nº 68, p. 11-21, 2008.

HESPANHA, Pedro. The activation trend in the portuguese social policy; an open process? Paper to the European Trade Union Institute Meeting “*Activation Policies and the Labour Market Regimes*” (Brussels, the 7th February 2005), 35p.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento; a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed 34, 2003.

INGOLD, Tim. *The perception of environment; essays in livelihood, dwelling and skill*. London/New York: Routledge, 2000.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADDURAI, Arjun (org.). *A vida das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, RJ: EdUFF, 2008, p. 89-121.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos; ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. *Comunidades tradicionais e necomunidades*. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2011.

LOPES, José Rogério. Tudo no mesmo lugar? Cultura e formações culturais na globalização. In: SOUZA, Cidoval M; SILVA, Luiz C.; COSTA, Antonio R. F. (Orgs.) *Local x Global; cultura, mídia e identidade*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

_____. Exclusão social, privações e vulnerabilidade; uma análise dos novos condicionamentos sociais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Vol. 20, nº 1, p. 123-135, jan./mar. 2006.

MARTINS, Pedro. Cabo-verdianos em Lisboa: manifestações expressivas e reconstrução identitária. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 15, nº 31, p. 241-262, 2009.

MIÈGE, Bernard. *A sociedade tecida pela comunicação: técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social*. São Paulo: Paulus, 2009.

OLIVEIRA, Rosana M. Tecnologia e subjetivação: a questão da agência. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, 17 (1), p. 17-28, jan./abr 2005.

PIERUCCI, Antonio Flávio (org.). Dossiê Políticas culturais na América Latina. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 2, jul. 1983.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.) *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SCHUTZ, Alfred. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2003.

TIMMOR, Yaron; KATZ-NAVON, Tal. Being the same and different: A model explaining new product adoption. *Journal of Consumer Behaviour*, 7(3), p. 249-262, May./Jun. 2008.

TOMASI, Livia de. Culturas de periferia: entre o Mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. *Política e Sociedade*, Florianópolis, Vol. 12, nº 23, p. 11-34, jan.-abr./2013.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura; usos da cultura na era global*. BH: Editora UFMG, 2006, 615 p.